



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0014422-57.2021.6.05.8000
INTERESSADO : SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS
COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
ASSUNTO : Contratação de empresa especializada em vigilância eletrônica, c/ serviço de instalação, manutenção e monitoramento contínuo (CFTV IP e alarme).

PARECER nº 30 / 2022 - PRE/DG/ASSESD

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para REGISTRO DE PREÇOS visando a eventual contratação de vigilância eletrônica, com serviço de instalação, manutenção e monitoramento contínuo (CFTV IP e alarme), conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 18/2022, documento n.º 1929957.
2. A presente licitação é regida pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos n.ºs 3.555/2000, 10.024/2019, 7.892/2013 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018 e pelas condições constantes do Edital n.º 18/2022, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993.
3. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do procedimento, conforme decisão para autorização da abertura do certame no documento n.º 1901945.
4. Houve impugnação ao edital, que foi devidamente decidida e publicada, documentos n.ºs 1926064, 1926066 e 1928396 e 1929614, bem assim pedido de esclarecimento, adequadamente respondido, documento n.º 1931527.
5. Consoante ata do pregão, anexada, foram cumpridas as etapas do procedimento. Finda a etapa de classificação das propostas, deu-se início à etapa competitiva. O modo de disputa foi aberto e fechado. Houve tentativa de negociação, porém sem êxito na redução dos respectivos preços. Após, foi realizada a aceitação das propostas e habilitação das licitantes melhores classificadas. De acordo com consulta ao SICAF e demais documentos anexados, verifica-se a regularidade das empresas vencedoras.
6. Apesar de constar no Relatório de Declaração do SICAF e no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, documento n.º 1951528, nota referente à licitante NEW LINE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., declarada vencedora dos itens n.ºs 2 e 4, o mencionado registro não tem o condão de impedir que referida empresa participe de licitação e celebre contrato com este Regional, conforme se pode inferir das informações constantes nos próprios relatórios e do item 9 do documento n.º 1964010.
7. Assim, sagraram-se vencedoras as empresas constantes do documento n.º 1964002.
8. Aberto o prazo, foi interposto recurso, documento n.º 1959444, e correspondentes Contrarrazões foram apresentadas no documento n.º 1960678.
9. Mediante manifestação no documento n.º 1963961, o pregoeiro sustentou seus argumentos pela improcedência do pedido e pela manutenção do edital, tal qual foi originalmente publicado.
10. Quanto ao referido recurso, restou claramente demonstrado que não deve prosperar, em razão de não ser possível exigir que os licitantes comprovem sua **capacidade técnico-operacional** por meio de atestados registrados no CREA ou que os atestados necessariamente estejam acompanhados de ART do profissional que acompanhou o serviço.

11. No Parecer n.º 398, a ASJUR opinou de igual modo pelo não-acolhimento do recurso, documento n.º 1967355, trecho em destaque:

(...)

6. Nesse contexto, compulsando a documentação apresentada pela NEW LINE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA. (doc. 1951528), observa-se que a empresa logrou comprovar sua larga experiência nesse ramo de negócio e, em especial, o atendimento às exigências prescritas na condição 11.7 do edital, conforme ressaltado pelo próprio Pregoeiro.

7. Destaque-se, ademais, que em nenhum momento o edital exigiu que as licitantes apresentassem *declaração de capacidade técnica completa ao qual abrange todas as especificações, conforme solicitado no item (sic) especificado*, como afirma o Recorrente, tendo, ao contrário, sido bem claro ao autorizar o *somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica*, consoante disposto na alínea a.1 da mencionada condição.

8. Ante o exposto, opinamos objetivamente pelo não acolhimento do Recurso impetrado pela empresa AMATEC AMAZÔNIA TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA., devendo ser mantida, por consequência, a decisão do Pregoeiro, que declarou vencedora para os lotes 02 e 04 a empresa NEW LINE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.

12. Após, retornaram os autos para análise pela ASSESD.

13. Assim sendo, considerando as atribuições do art. 74, XVIII, da Resolução Administrativa n.º 4/2021, constata-se a regularidade do procedimento, que se encontra apto à decisão (pelo **não acolhimento** do recurso apresentado para os lotes 2 e 4), **adjudicação** dos mencionados itens e **homologação** da licitação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração, ato contínuo, proceder à convocação das empresas vencedoras para assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/02, arts. 13, IV, V, VI e VII, 45 e 48 do Decreto n.º 10.024/2019 e art. 13 do Decreto n.º 7.892/13, bem como de acordo com o Relatório Final do Pregão, Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação e Ata de Realização do Pregão Eletrônico, documentos n.ºs 1964010, 1964002, 1964005, 1964005 e 1964005.

14. Importante registrar que, quando das efetivas contratações, caso ocorram, deverá ser encaminhado o processo à SOF, para informação relativa à disponibilidade orçamentária.

15. Frise-se que as futuras contratadas deverão manter, durante toda a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/90).

À consideração superior.

Pedro Paulo Andrade

Assessoria Especial da Diretoria-Geral

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

RONILDO DANTAS



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Andrade e Silva, Técnico Judiciário**, em 14/06/2022, às 13:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 14/06/2022, às 14:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1970404** e o código CRC **432AE027**.

0014422-57.2021.6.05.8000

1970404v16